

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO E PARECER

Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 14/XII

“Linha de apoio social para estudantes”

10 DE MARÇO DE 2021



INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais procedeu à apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, sobre o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 14/XII - “Linha de apoio social para estudantes”**.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O Projeto de Decreto Legislativo Regional em apreciação foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS ao abrigo do poder de iniciativa legislativa que decorre da faculdade legal atribuída aos Deputados, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 9/87, de 26 de março, 61/98, de 27 de agosto, e 2/2009, de 12 de janeiro), em conjugação com o disposto no artigo 114.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 15/2003/A, de 26 de novembro, alterada pela Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de janeiro).

A iniciativa legislativa em análise cumpre todos os requisitos exigidos pelo artigo 119.º do Regimento, sendo que a respetiva apreciação e emissão de parecer exerce-se ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 42.º e n.º 1 do artigo 123.º, ambos do Regimento.

Considerando a matéria da presente iniciativa, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão de Assuntos Sociais, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes.

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

O presente Projeto de Decreto Legislativo Regional visa – cf. artigo 1.º – criar uma linha de apoio social para estudantes e trabalhadores-estudantes do ensino superior, para fazer face



às situações de diminuição de rendimentos associados à pandemia do vírus COVID-19, tendo por referência os rendimentos do ano anterior à declaração de pandemia.

A iniciativa legislativa em análise refere que “Considerando os contextos de crise e emergência económica e social decorrentes da pandemia do vírus COVID-19;

Considerando as carências económicas e sociais significativas que atravessam muitos agregados familiares, em virtude das circunstâncias associadas à pandemia de COVID-19, cujas consequências também se repercutem na vida dos estudantes do ensino superior que integram estes mesmos agregados;

Considerando que as carências económicas e sociais dos agregados familiares podem comprometer a permanência no ensino superior de muitos estudantes, particularmente aqueles que se viram confrontados, inesperadamente com o desemprego e a quebra de rendimentos do seu agregado familiar;

Considerando, ainda, o esforço financeiro que representa a frequência do ensino superior, particularmente quando os estudantes se encontram a frequentar estabelecimentos de ensino distantes da respetiva área de residência;

Considerando, por fim, o caso dos estudantes que integram o mercado de trabalho e que se viram em situação inesperada de desemprego ou carência económica e social;

Considerando que urge responder a este tipo de situações, por forma a evitar a interrupção e, provavelmente, o abandono de muitos estudantes da frequência do ensino superior”, a presente iniciativa visa dar resposta a estas situações.

PROCESSO EM ANÁLISE

A Comissão de Assuntos Sociais deliberou proceder às audições do Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, do Vice-Presidente do Governo Regional, da Associação Académica da Universidade dos Açores e da Associação de Jovens Açorianos Unidos pelos Açores, bem como solicitar parecer escrito aos Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores.



As audições do Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego e do Vice-Presidente do Governo Regional ocorreram no dia 3 de março, pelas 9h00 e pelas 10h30, respetivamente.

As audições da Associação Académica da Universidade dos Açores e da Associação de Jovens Açorianos Unidos pelos Açores ocorreram no dia 4 de março, pelas 9h30 e pelas 10h30, respetivamente.

- **Audição do Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego**

O Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, Duarte Freitas, começou por explicar que, na atual legislatura, se assiste a uma relação idónea e de respeito entre o Parlamento e o Governo, como, de resto, deve sempre acontecer, lembrando sempre que o Governo emana do Parlamento, pelo que se deve submeter à agenda deste último órgão, o que nem sempre acontecia no passado.

O titular da pasta da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego teceu algumas considerações acerca da iniciativa da autoria do PS. O mesmo referiu que, nos últimos quatro anos, foram colocados 4625 jovens no ensino superior, mas não há indicação de quantos são deslocados ou se concluíram o curso. No passado, este era um levantamento feito e tentar-se-á retomá-lo através do Observatório do Emprego e da Juventude. Para além disso, é vontade do XIII Governo Regional estabelecer uma relação de maior proximidade com os estudantes deslocados, razão pela qual sinaliza como positiva a iniciativa do PS, bem como outra que deu entrada, da autoria do CDS-PP, por cobrir estas áreas, com a criação de um gabinete de apoio ao estudante deslocado e outros tipos de ajudas.

O Secretário Regional Duarte Freitas lembrou que os estudantes foram apoiados durante o período da Covid-19, tendo sido submetidas, no ano passado, 429 candidaturas para apoio aos alunos deslocados. O mesmo previa uma ajuda mensal para a subsistência dos estudantes enquanto não regressavam à região e um apoio para serem ressarcidos dos prejuízos relativos às suas viagens aéreas. Das candidaturas entregues, 418 foram aprovadas, o que equivale a cerca de 10% do número total de estudantes, com uma execução financeira total de 217.428.088 euros. Para além disso, foi criada uma linha verde, tendo sido estabelecidos 592 contactos por partes dos alunos deslocados.



A proposta trazida pelo PS prevê apoios para os estudantes e trabalhadores-estudantes. Neste último caso, poderá não ser exequível, nos moldes expostos, um apoio, dado que a competência desta Secretaria nesta matéria abrange jovens apenas até aos 30 anos de idade.

O Secretário Regional Duarte Freitas também considera que, em alguns escalões, os apoios propostos poderão ser muito reduzidos. De qualquer modo, o Governo Regional estará disponível para colocar em prática os mesmos, caso a proposta venha a ser aprovada, mas chama a atenção para a questão de haver outra proposta também para estudantes deslocados que é mais abrangente e consolidada, dado prever apoios de forma perene e em diferentes moldes. Para além do mais, prevê apoiar os estudantes na sua ação presente enquanto estudantes, mas também fortalecer a sua ligação à região, no sentido de regressarem às origens para o exercício da sua profissão. Para tal, serão, também, auxiliados em termos de empregabilidade, em especial nas ilhas menos populosas que carecem de um maior incentivo.

Termina reafirmando que "... esta proposta do grupo parlamentar do PS, ou a proposta do CDS-PP e outros contributos que possam existir, serão sempre vistos positivamente pelo Governo, até porque se coadunam claramente com as necessidades de apoio momentâneo por via da covid-19, mas também pela perspetiva futura de grande proximidade com cada um dos estudantes açorianos que se encontrem deslocados e incentivando o regresso às suas terras".

Seguidamente, foi altura de se abrir a primeira ronda de intervenções, começando pelo deputado Vílson Ponte Gomes (PS) que agradeceu os esclarecimentos do Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego e referiu que o diploma foi pensado naqueles estudantes que também não recebem a bolsa de ação social escolar, por isso o diploma vem complementar uma situação e tem um carácter transitório e excecional. Acrescentou, ainda, que se apurou o valor do apoio até 25% por parecer razoável face à perda de rendimentos e serve para salvaguardar a continuidade dos estudos. Esta proposta é para deslocados e não deslocados, portante abrangente e ampla no sentido de ação. Face à progressão dos escalões, quem está no último escalão é, naturalmente, menos beneficiado. No que toca ao número de alunos colocados no ensino superior, os dados que aferiu são diferentes dos que foram apresentados por Duarte Freitas. Segundo Vílson Ponte Gomes, no ano letivo 2019/2020, o número de alunos açorianos no ensino superior era de 5900, sendo que destes, apenas 2200 frequentavam a nossa universidade e 3700 estavam deslocados das suas ilhas de residência. Quanto às propinas, o valor do apoio a estudantes não deslocados é de 439 euros, isto é, acima de metade do seu valor total. Já no que toca aos montantes a



atribuir por escalão, Vílson Ponte Gomes refuta que o escalão máximo tenha um valor irrisório, explicando que a intenção é somente salvaguardar o pagamento das despesas inerentes ao ensino superior, pelo que qualquer ajuda é benéfica.

Em jeito de réplica, o Secretário Regional Duarte Freitas questionou o deputado socialista se tinha alguma noção dos impactos financeiros globais nas contas da região e, ainda, qual a fonte em que se baseou para indicar o número de alunos matriculados no ensino superior.

Seguidamente, interveio o deputado Flávio Soares (PSD) que agradeceu o Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego pela sua disponibilidade, colaboração e transparência, referindo que se faz jus ao que é defendido pelo Governo Regional, embora nem sempre isso seja reconhecido por alguns partidos da oposição. No uso da palavra, deixou algumas questões que gostaria de ver esclarecidas. Primeiramente, perguntou quantos alunos seriam abrangidos por estas medidas e deixou, nesse seguimento, uma nota de lamento pelo facto de não ter sido feito, pelo executivo anterior, um levantamento no sentido de se saber quantos alunos açorianos se encontram matriculados no ensino superior, por universidade e curso.

Questionou, ainda, se havia alguma estimativa do impacto dos custos da aplicação destas medidas no orçamento da região.

Terminou interrogando o titular da pasta da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego sobre a forma de se operacionalizar estes apoios aos trabalhadores-estudantes acima dos 30 anos de idade.

Dado que, de um modo geral, o Secretário Regional Duarte Freitas havia já abordado os tópicos que foram agora levantados, o mesmo prescindiu da palavra, pois sendo questões muito concretas da iniciativa, cabia ao seu proponente a explicação destes pontos.

Abriu-se, então, a segunda ronda de intervenções que, mais uma vez, se iniciou com a palavra de Vílson Ponte Gomes. O deputado socialista informou que os números de alunos açorianos no ensino superior são públicos, podendo ser consultados na Direção Regional de Estatística, Educação e Ciência, que todos os anos faz esse apuramento.

Esclarecendo, ainda, as dúvidas colocadas pelo colega social-democrata, Vílson Ponte Gomes referiu que não se pode ainda precisar o impacto orçamental, pois tal estará ligado ao número de candidaturas apresentadas. O preferível para se estabelecer estes cálculos é aguardar pelo



número de candidaturas e a indicação de quebra de rendimentos das famílias que resultem da situação pandémica, mas sempre tendo por base o número de alunos.

Ainda no uso da palavra, o deputado socialista questionou Duarte Freitas sobre o diploma do CDS-PP, nomeadamente em que medida é diferente ou complementar à do PS. Questionou-o, igualmente, sobre os valores que a iniciativa implica e se o Secretário Regional concorda com as mesmas.

Vilson Ponte Gomes também quis saber se tem havido alguma articulação no levantamento do número de estudantes e a Secretaria que Duarte Freitas tutela, mais concretamente na identificação das necessidades de natureza social e económica que os estudantes atravessam; de que forma tem a Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego apoiado os estudantes deslocados e, por último, que políticas de apoio pretende implementar para trazer de volta e fixar os estudantes à Região Autónoma dos Açores.

Respondendo às questões que lhe foram colocadas, o Secretário Regional Duarte Freitas sinalizou positivamente as duas propostas – PS e CDS-PP - referindo que há matérias que se complementam. Continuou os seus esclarecimentos afirmando que em 100 dias, período em que o executivo está em funções, não foi possível resolver problemas de vários anos, mas registou as preocupações partilhadas e assegurou que o Governo Regional dos Açores tem toda a vontade de estabelecer uma relação mais próxima com os estudantes. Nesta sequência, deu nota aos presentes que no passado, há cerca de 15 anos, eram feitos contactos com alunos deslocados, mas de há uns anos a esta data deixou-se de o fazer. É um trabalho que deverá voltar a ser feito, não só para nos inteirarmos das necessidades do momento, mas também com vista a uma perspetiva futura. A par do referido, e esclarecendo o deputado socialista em relação à última pergunta colocada, há várias políticas de incentivo com vista a trazer de volta os estudantes à sua terra natal, que passam pelo acompanhamento enquanto estudantes e pela ajuda na integração dos mesmos no regresso às suas casas.

Após as explanações supra, foi aberta a terceira e última ronda. Nesta inscreveu-se o deputado Rodolfo Franca (PS), Nuno Barata (IL), Flávio Soares (PSD) e Vilson Ponte Gomes (PS).

Seguindo a ordem de inscrição, o deputado socialista tomou da palavra para questionar o Secretário Regional Duarte Freitas sobre quais as políticas públicas estruturantes a implementar para fazer face ao problema da elevada taxa de desemprego jovem. Rodolfo



Franca também questionou o Secretário Regional em audição sobre que domínios de formação considera mais importantes tendo em conta sermos uma região ultraperiférica e arquipelágica.

Seguiu-se a intervenção do Representante da Iniciativa Liberal referindo que diplomas desta natureza são muito importantes, mas que deveremos ter cuidado com o endividamento da região, pois têm sido propostos muitos apoios devido à situação pandémica e importa que sejam todos bem analisados. No seguimento da sua observação, questionou o Secretário Regional se o diploma previa algum valor para fazer face aos apoios propostos.

A terceira intervenção foi da responsabilidade do deputado social-democrata que frisou, mais uma vez, a pertinência e importância de apoios aos estudantes, explicando que estamos perante uma geração que está a iniciar uma nova fase e que, devido à pandemia, vê as dificuldades redobradas. Sublinhou, porém, que as propostas desta natureza devem ser devidamente fundamentadas. Lamentou o facto de só agora surgirem iniciativas com este propósito, realçando que os problemas e as dificuldades da geração mais jovem, da população estudantil, existem há muito tempo. Flávio Soares aproveitou, ainda, para questionar o Governo Regional se este tem iniciativas para apoiar os estudantes, as associações, os nossos jovens, de modo a que possam voltar à sua terra.

Por último, foi vez de Vílson Ponte Gomes intervir. O deputado socialista explicou que esta iniciativa surgiu como medida excecional e transitória devido ao momento pandémico e referiu que proporia as medidas caso o seu partido estivesse no poder. Deu nota aos membros presentes na Comissão que, numa situação de emergência, se houvesse 500 candidaturas, para estudantes deslocados, e se tivermos em consideração os valores máximos e mínimos propostos, estaríamos a falar de cerca de 300.000 euros. Se tivermos em consideração todos os alunos, deslocados e não deslocados, o valor poderia ascender os 500.000 euros, logo são valores que podem ser comportados pelo orçamento da região e têm por base sempre a salvaguarda e a sustentabilidade das finanças.

Naquela que foi a sua última intervenção para dar uma resposta conjunta às questões colocadas, o Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego começou por dar nota que a fixação dos jovens se faz através de um conjunto de políticas que tenham como princípio acompanhar os estudantes, inseri-los nas experiências laborais e promover a sua empregabilidade. A propósito desta explicação, reforçou a ideia de que não é só o estado que pode criar empregos. Para o Secretário Regional Duarte Freitas é fundamental que o



Governo Regional promova e apoie oportunidades de emprego através da iniciativa privada. A fixação dos jovens far-se-á através da economia, e, em parte, da iniciativa privada, principalmente em ilhas menos populosas, onde o desafio é maior. Esta questão passa também pela qualificação dos jovens e dos ativos, algo que se assume como uma prioridade para este Governo, que pretende dar formação à medida.

O Secretário Regional Duarte Freitas salientou, ainda, que a querermos justificar plenamente a validade da autonomia, será necessário chegarmos a todos, criando empregos estáveis, ao contrário dos programas ocupacionais. É necessário apostar-se na empregabilidade efetiva, combater o desemprego e o emprego precário. A concorrer para este efeito, estão a ser reformadas as políticas de formação profissional.

Audição do Vice-Presidente do Governo Regional

O Vice-Presidente do Governo Regional iniciou a audição a garantir que a haver estudantes em dificuldades, será feito o necessário para os ajudar. Informou que o Governo dos Açores vai rever o programa de apoio ao pagamento de propinas dos estudantes universitários, “tornando a medida mais abrangente e mais simplificada para que este apoio abranja um maior número de estudantes”, não se opondo a iniciativas legislativas dos partidos que também visem ajudar os jovens do ensino superior, como esta e a que foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Foi aberta a primeira ronda de intervenções e pediu a palavra o deputado Vílson Ponte Gomes (PS) que, após um agradecimento ao titular da pasta da Solidariedade Social e de uma abordagem genérica à iniciativa, questionou o Vice-Presidente se foi articulado com a Universidade dos Açores algum levantamento para saber das necessidade por que estão a passar os estudantes.

No seguimento da questão colocada, Artur Lima referiu que o *feedback* recebido foi de que havia alguma dificuldade dos estudantes acederem ao pagamento das propinas e algumas medidas eram restritivas. Por tal, o Governo Regional está a alterar o diploma de atribuição de bolsas. Também foi verificado, pelo atual executivo, que não existia qualquer articulação entre a Solidariedade Social e os Serviços de Ação Social da Universidade.



Chamou, também, a atenção para o que está inscrito no artigo 2.º, da iniciativa, sublinhando que não lhe chegou a informação de nenhum agregado familiar que tenha tido quebra de rendimento devido à pandemia e refere ainda que o diploma faz referência que os destinatários “sejam residentes na Região Autónoma dos Açores há pelo menos três anos”, sendo necessário a clarificação deste critério, pois não está claro se os estudantes vindos de Portugal continental ou da Madeira também são abrangidos pela medida, devido às questões de equidade. Deixa, então, a sugestão de se aprofundar esta questão.

Abriu-se, seguidamente, a segunda ronda, tendo-se inscrito, novamente, o deputado Vílson Ponte Gomes (PS), a deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) e o deputado Flávio Soares (PSD).

O deputado socialista interveio para explicar as razões que levaram à definição dos destinatários desta iniciativa inscritos no artigo 2.º, alíneas b) e c), uma vez que levantaram dúvidas na leitura do Vice-Presidente. De acordo com Vílson Ponte Gomes, os destinatários indicados na alínea b) são, sobretudo, aqueles que se encontram em *layoff* devido à pandemia ou que passaram para uma situação de desemprego inesperado, e, por tal, sentiram uma diminuição de rendimentos, tendo por referência os rendimentos do ano anterior à declaração de pandemia. Já os destinatários referidos na alínea c), os três anos indicados seriam para salvaguardar a residência nos Açores e foi pensado da mesma forma como são atribuídas as bolsas de Ação Social da Universidade dos Açores, de modo a não haver diferenciação entre ambos os mecanismos de apoio, mas a haver necessidade, esta é uma questão que se poderá rever. Vílson Ponte Gomes partilhou que atualmente há 5900 alunos no ensino superior, 2200 dos quais estudam na Universidade dos Açores e os restantes fora.

O Vice-Presidente tomou boa nota do que foi partilhado pelo deputado socialista.

De seguida, interveio a deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) que começou por agradecer a presença do Vice-Presidente Artur Lima na Comissão de Assuntos Sociais, referindo que é com agrado que tomou conhecimento do trabalho proativo que está a ser feito já em matéria de apoio aos estudantes. Acrescentou, ainda, que também foi entregue uma proposta do CDS-PP neste sentido, mormente na criação de um gabinete de apoio ao estudante deslocado e no auxílio ao pagamento de habitação aos mesmos.

Na sequência da sua intervenção, Artur Lima corroborou que, de facto, considera importante a apresentação de medidas de apoio aos estudantes como, de resto, apresentou enquanto deputado e, agora, na condição de Vice-Presidente, continua a apoiar.



Por último, foi vez do deputado Flávio Soares (PSD) agradecer os esclarecimentos e a postura do Vice-Presidente e deixar a sugestão de haver a necessidade de uma regulamentação mais clara no que toca à prova que os estudantes devem fazer para comprovarem que são deslocados. O deputado social-democrata enalteceu também a iniciativa do Governo Regional pela revisão dos programas de apoio no pagamento das propinas e pediu que o Vice-Presidente Artur Lima clarificasse os presentes acerca de outras medidas que estejam pensadas.

Em resposta, o Vice-Presidente Artur Lima referiu a medida já anunciada no início, nomeadamente o apoio no pagamento das propinas. Atualmente existe o prémio de mérito aos alunos e está-se a trabalhar para a atribuição do prémio de mérito a estudantes universitários.

Concluída a apresentação do Vice-Presidente, abriu-se nova ronda de intervenções. Desta feita, inscreveu-se a deputada Délia Melo (PSD) que questionou o Vice-Presidente Artur Lima se os apoios já atribuídos pelo Governo Regional esvaziam o propósito da iniciativa em discussão.

Seguidamente, pediu a palavra o deputado Rodolfo Franca (PS) que iniciou a sua intervenção com uma observação acerca da atitude do executivo, que recorrentemente reage às propostas em vez de as pensar de uma forma concertada, uma vez que se antecipa na atribuição de apoios que, de certo modo, retiram algum sentido às iniciativas apresentadas. De seguida, e tendo em conta a quebra de rendimentos das famílias, questiona o Vice-Presidente acerca da sua visão no que toca aos programas ocupacionais no enquadramento social.

Antes de passar a palavra ao Vice-Presidente Artur Lima, o presidente da Comissão, Joaquim Machado, lembrou que o assunto em discussão não era sobre os programas ocupacionais, mas passou a palavra ao Vice-Presidente para que fizesse as consideração que considerasse adequadas.

Em jeito de réplica ao deputado socialista, o Vice-Presidente Artur Lima referiu que não era a pessoa indicada para responder à questão e que a mesma deveria ser endereçada a quem criou este tipo de programa, mas deixou nota que, na sua perspetiva, não são programas que ofereçam estabilidade, logo não deverão ser regra. Para além disso, refuta a observação feita



por Rodolfo Franca acerca da postura deste Governo, quando afirma que reage em vez de agir.

Respondendo à deputada social-democrata, Artur Lima fez referência ao artigo 11.º, onde se lê que “o apoio social previsto no presente diploma é atribuído independentemente de outros apoios atribuídos, de âmbito local, regional ou nacional, no âmbito da ação social.”. Artur Lima considera que este ponto deverá ser esclarecido pelo proponente da iniciativa.

Audição da Associação Académica da Universidade dos Açores

A presidente da Associação Académica da Universidade dos Açores, Daniela Faria, iniciou a sua intervenção referindo que os estudantes estão a lutar por uma vida melhor e se a proposta aqui analisada permitir aos estudantes continuarem os seus estudos, então a Associação Académica da Universidade dos Açores dá, sem dúvida, parecer favorável à mesma. Daniela Faria explicou que há um impacto do ensino superior na economia das famílias e houve alunos que pensaram em desistir devido a fracos recursos económicos. Com a quebra de rendimentos nas famílias, os estudantes sentiram-se como um fardo nas famílias, o que lhes causou stress e ansiedade. Deu, ainda, nota que a Universidade dos Açores é a academia com mais alunos bolseiros. O elevado custo dos arrendamentos e a deficitária rede de transportes são questões que têm um grande impacto na vida dos estudantes.

Feita esta primeira abordagem à iniciativa, foi aberta a primeira ronda que começou com a intervenção do deputado Vílson Ponte Gomes (PS). Este agradeceu os esclarecimentos de Daniela Faria e questiona-a em relação ao número de pedidos de apoio já endereçados à Associação Académica por parte de estudantes durante a pandemia. Perguntou, ainda, quantos alunos estavam abrangidos, na Universidade dos Açores, pelas bolsas de ação social.

Em resposta, Daniela Faria mencionou que houve vários pedidos formais e contactos informais, mas não sabe precisar quantos. No que toca à segunda questão, refere que em dezembro existiam 1162 pedidos de bolsas, sendo que 800 estavam já diferidos, ou seja, cerca de 46% dos estudantes fizeram este pedido.

De seguida, interveio Flávio Soares (PSD) que também começou por agradecer os esclarecimentos de Daniela Faria e colocou-lhe um conjunto de questões. O deputado social-democrata perguntou se a Associação Académica tinha indicação se as dificuldades sentidas pelos alunos se prendia com a situação de pandemia que atravessamos ou se já existiam antes. Outra questão foi no sentido de compreender se a oradora tinha conhecimento de



desistências de estudantes por questões financeiras e, por último, se tinha alguma sugestão de medida que pudesse ser pensada e aplicada, por se revelar mais adequada às necessidades dos estudantes.

Daniela Faria respondeu que as manifestações que lhe têm chegado são de ansiedade por parte dos estudantes, que, sabendo do encargo financeiro que representam para a família, não se sentem bem. Ainda em réplica às questões colocadas, afirmou não ter dados sobre desistências de estudantes devido à pandemia e, a finalizar, referiu que as medidas anunciadas na iniciativa em apreciação são positivas, sendo que naquele momento não lhe ocorriam outras.

Seguidamente foi vez da deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) intervir para questionar Daniela Faria sobre o número de trabalhadores-estudantes atualmente matriculados na Universidade dos Açores.

Quanto à questão levantada, Daniela Faria disse não ter dados para responder, mas afirmou que recebeu informações que alguns estudantes teriam perdido os seus trabalhos em horário parcial.

Posto isto, foi altura para a segunda ronda. A primeira intervenção foi, mais uma vez, do deputado Vílson Ponte Gomes que questionou Daniela Faria acerca do número de alunos que dizia sofrer de stress e ansiedade, com base no levantamento feito no questionário aplicado pela Associação Académica. O deputado socialista também quis saber se tem chegado à Associação presidida por Daniela Faria manifestações de alunos que abandonarão os estudos devido à sua situação económica.

A presidente da Associação Académica referiu que não consegue quantificar o número de alunos com os distúrbios indicados, mas que dos 285 estudantes que responderam, muitos foram aqueles que falaram da questão do stress e da falta de concentração em casa. No que respeita a desistências, não há indicações concretas, mas os estudantes mostram-se preocupados quanto ao futuro, principalmente devido às incertezas criadas pela pandemia.

De seguida, Flávio Soares (PSD) fez uso da palavra para deixar um reconhecimento público pelo trabalho desenvolvido pela Associação Académica e questionou a presidente daquele órgão se alguma vez sentiu ter havido falta de resposta e de apoio por parte da própria universidade. Perguntou, ainda, se existe acompanhamento em termos de saúde mental aos alunos que dele necessitam.



Daniela Faria respondeu que há apoios, mas estes podem sempre ir mais além. Relativamente à questão da saúde mental, afirmou que a Universidade dos Açores dispõe somente de um psicólogo, pelo que é manifestamente insuficiente para dar resposta a tantas solicitações, mas referiu que há parcerias com instituições que prestam esse apoio.

Sem inscrições para uma terceira ronda, a audição à presidente da Associação Académica da Universidade dos Açores ficou concluída.

- **Audição da Associação de Jovens Açorianos Unidos pelos Açores**

O presidente da Associação de Jovens Açorianos Unidos pelos Açores, Carlos Mateus, fez uma breve apresentação sobre a Associação que preside, referindo que a mesma foi criada em 2017, com o intuito de se constituir como um local de debate para ajudar os jovens a voltarem aos Açores após a conclusão dos seus estudos.

Em relação à iniciativa, Carlos Mateus considera que apresenta medidas justas, dado que se destina a estudantes deslocados e não deslocados e lembrou que existem autarquias que atribuem bolsas aos seus estudantes, mas que da parte do Governo esta é uma lacuna, pois não há apoios desta natureza previstos. Adiantou, contudo, que o apoio das Câmaras Municipais deveria ser fixo, sendo que caberia ao Governo Regional encontrar a forma de equilibrar os montantes atribuídos.

Carlos Mateus partilhou mais sugestões que, no seu entender, poderiam beneficiar os estudantes, nomeadamente a atribuição de um apoio ao nível do alojamento. De acordo com o presidente desta Associação, deveria haver um sistema de quotas para estudantes açorianos, permitindo-lhes usufruírem de residência universitária. Para além disso, frisou a questão do valor das passagens aéreas que obriga à disponibilidade financeira no momento de compra, embora haja, posteriormente, lugar ao reembolso. A forma de contornar esta situação seria fixar o valor mínimo possível. Por fim, mencionou que há muitos estudantes inscritos no Estagiar U, pois encontram neste programa uma forma de ganhar algum dinheiro que os ajuda a fazer face às despesas mensais. De acordo com Carlos Mateus, estes programas deveriam passar a dias completos em vez de serem desenvolvidos em tempo parcial.

O presidente da Associação de Jovens Açorianos Unidos pelos Açores afirmou que também é preocupação desta Associação a questão do regresso às ilhas de origem por parte dos estudantes deslocados. Carlos Mateus deu nota que a associação que preside realizou um estudo científico onde se fez, exatamente, o levantamento das razões que levam os jovens a



regressar a casa e, neste mesmo, o que mais os motiva é a empatia que sentem em relação às suas ilhas. Neste seguimento, e indo ao encontro do que foi referido na audição do Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, urge estabelecer-se uma ligação de proximidade entre os estudantes deslocados e a região, pelo que deveria haver uma base de dados disponível para se ter conhecimento quantos estudantes açorianos se encontram deslocados. Para o efeito, Carlos Mateus considera que o Governo Regional deveria ter um Observatório.

Outra medida que, no seu entender, poderia trazer de volta à região os estudantes deslocados seria a possibilidade de realizarem cá os seus estágios curriculares. Assim, a Universidade dos Açores teria uma lista de empresas disponíveis para receber estudantes, de modo a informar os interessados e poder prestar auxílio no que fosse necessário.

Por último, o orador referiu que seria interessante que as teses de mestrado dos estudantes fossem sobre temas dos Açores, podendo, posteriormente, ser postos em ação.

Concluída a sua explanação, foi aberta a primeira ronda de intervenções.

Inscreveu-se o deputado Vílson Ponte Gomes (PS) que, tendo por base o que foi referido pelo orador, nomeadamente a transição para o mercado de trabalho, e considerando recentes manifestações sobre o programa Estagiar L, questionou Carlos Mateus acerca da sua opinião em se vedar o referido programa a determinadas profissões, mais especificamente aos enfermeiros.

Acerca desta matéria, Carlos Mateus considera que os programas de estágio deverão ser mantidos, mas há que existir uma maior fiscalização e uma revisão das condições para garantir que o estagiário não deixe de auferir o seu ordenado caso tenha de suspender o estágio por razões de força maior, como doença ou gravidez.

Uma segunda questão levantada por Vílson Ponte Gomes foi a da diferenciação nas bolsas de estudo por parte das autarquias. Neste sentido, perguntou a Carlos Mateus como se pode salvaguardar um procedimento idêntico entre as diferentes Câmaras Municipais.

Em resposta a esta questão, Carlos Mateus referiu que o Governo Regional poderia solicitar uma declaração de honra para que os apoios não fossem duplicados e acrescentou que os beneficiários poderiam ficar sujeitos a prestar apoio, nos períodos de férias, em instituições.



Em suma, esta questão seria facilmente ultrapassada se houvesse uma boa comunicação entre o Governo Regional e as autarquias.

Por último, Vílson Ponte Gomes perguntou se havia manifestações de estudantes sobre a sua incerteza de dar continuidade aos estudos devido à pandemia.

A segunda intervenção ficou a cargo de Flávio Soares (PSD) que enalteceu o trabalho realizado pela Associação de Jovens Açorianos Unidos pelos Açores referindo que o PSD comunga das mesmas preocupações, pelo que ambos estão em sintonia. No uso da palavra, o social-democrata questionou Carlos Mateus se a Associação tem vindo a receber, por parte dos estudantes, manifestações de dificuldades por que estejam a passar. Questionou-o, ainda, sobre se tinha conhecimento da desistência de estudantes devido a essas mesmas dificuldades.

Em resposta, Carlos Mateus referiu que houve alguns contactos por parte dos estudantes, mas prendiam-se com a incerteza de voltarem a casa ou não em virtude de as universidades estarem a praticar o ensino à distância. Quanto a desistências, o mesmo afirmou não ter conhecimento de nenhuma situação.

Como última nota, Carlos Mateus deixou a sugestão de se criarem incentivos para os alunos açorianos ficarem a estudar na Universidade dos Açores.

A Comissão de Assuntos Sociais rececionou o seguinte parecer escrito:

- Universidade dos Açores.

POSIÇÃO DOS PARTIDOS SEM DIREITO A VOTO NA COMISSÃO

BE: O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda concorda com a presente iniciativa.

VOTAÇÃO DOS PARTIDOS



O **Grupo Parlamentar do PS** emite parecer **favorável** relativamente à presente iniciativa.

O **Grupo Parlamentar do PSD** abstém-se com reserva de posição para plenário.

O **Grupo Parlamentar do CDS-PP** abstém-se com reserva de posição para plenário.

O **Grupo Parlamentar do CH** abstém-se com reserva de posição para plenário.

A **Representar Parlamentar do IL** abstém-se com reserva de posição para plenário.

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por maioria, com os votos a favor do PS e a abstenção do PSD, CDS-PP, CH e IL com reserva de posição para Plenário, emitir **parecer favorável**, relativamente ao presente Decreto Legislativo Regional.

Ponta Delgada, 10 de março de 2021.

A Relatora

(Délia Melo)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Ao presente relatório é anexo o parecer escrito.

O Presidente

(J. Joaquim F. Machado)



Universidade dos Açores

Reitoria

Ex.º Senhor
Presidente da Comissão Especializada Permanente
de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da
Região Autónoma dos Açores
Dr. J. Joaquim F. Machado
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos
Açores
Rua Marcelino Lima
9901-858 – Horta

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		REIT-SAI/2021/111	09-03-2021

Assunto: PEDIDO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 14/XII (PS)
- LINHA DE APOIO SOCIAL PARA ESTUDANTES

Ex.º Senhor Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais da
Assembleia Legislativa Regional dos Açores

Acusamos a receção do V. Ofício com a V. Referência S/643/2021-02-24, relativo ao projeto de decreto legislativo regional N.º 14/XII (PS) – Linha de Apoio Social para Estudantes e apresentamos abaixo o nosso parecer:

Reconhecendo a importância de todos os estudantes e respetivas serem apoiados neste momento difícil de forma a prevenir e evitar situações de insucesso e abandono escolar, somos de parecer de que, para além dos destinatários já previstos na proposta de decreto legislativo, devem ainda ser considerados os estudantes dos cursos técnicos superiores profissionais (CTeSP) e os estudantes da Universidade dos Açores independentemente de serem ou não residentes na Região. Na realidade, estão inscritos na Universidade dos Açores estudantes oriundos do continente e da Madeira cujos agregados também se encontram numa situação de quebra de rendimento decorrente da pandemia e que, por estarem a viver e a estudar nos Açores, contribuem também para a economia e desenvolvimento da Região, ainda que não detenham o estatuto de residentes na Região, merecendo também o apoio da Região. Assim, propomos a seguinte redação para o artigo 2.º:



Universidade dos Açores

Reitoria

Artigo 2.º

Destinatários

O presente diploma tem por destinatários os seguintes dois grupos de estudantes:

a) Os estudantes e trabalhadores-estudantes da Universidade dos Açores que, cumulativamente, cumpram os seguintes requisitos;

i) Estejam matriculados e a frequentar licenciatura, mestrado integrado ou curso técnico superior profissional;

ii) Cujo agregado familiar se encontre numa situação de quebra de rendimento decorrente da pandemia.

e

b) Os estudantes e trabalhadores-estudantes que, cumulativamente, cumpram os seguintes requisitos:

i) Estejam matriculados noutras instituições de ensino superior, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 62/2007, 10 de setembro, a frequentar licenciatura, mestrado integrado ou curso técnico superior profissional;

ii) Cujo agregado familiar se encontre numa situação de quebra de rendimento decorrente da pandemia;

iii) Sejam residentes na Região Autónoma dos Açores há pelo menos três anos.

Em segundo lugar, somos de parecer que, para efeitos de cálculo do apoio social, em vez do IAS de 2021, cujo valor pelas nossas contas é de €438,81, se deveria considerar o valor das propinas em vigor nas instituições de ensino superior públicas portuguesas para os cursos de 1.º ciclo, que é de €697,00. Tal aumentaria o valor do apoio social, o que se justifica atendendo à gravidade da situação que muitas famílias vivem na presente data.

Com os meus melhores cumprimentos.

A Vice-Reitora para a Área Académica

Ana Teresa da Conceição Silva Alves